



SETOR ELÉTRICO

## PLATAFORMA OPERÁRIA E CAMPONESA PARA ENERGIA SE REÚNE COM PARLAMENTARES

Representantes dos sindicatos que compõem a Intercel e a Intersul, participando de atividade da Plataforma Operária e Camponesa para Energia estão em Brasília desde o dia 30 de outubro para debater a MP 579 sob o ponto de vista dos trabalhadores. Além disso, os companheiros percorreram o gabinete dos Deputados Federais apresentando as emendas propostas pela FNU e CUT, que versam sobre o fim da terceirização nas atividades-fim das empresas de energia elétrica e a possibilidade de renovação das concessões por mais de um período.

Participando ativamente dos debates oriundos do anúncio da renovação das concessões, os sindicatos da Intercel e Intersul corroboram com a opinião manifestada pela Plataforma de ser totalmente a favor da redução das tarifas, mas com percentual maior para os consumidores residenciais. Com relação à renovação das concessões a Plataforma considera uma iniciativa imprescindível, mas que não deveria ser implementada da forma tão onerosa para as empresas como foi apresentada pelo Governo federal. A oneração das empresas vem gerando o desconforto dos trabalhadores, que são atacados com políticas de redução de custos e taxados como problema. Esta é a postura apresentada por diretorias de algumas empresas do Grupo Eletrobrás, a qual consideramos além de um desrespeito com o trabalhador eletricitário, uma grande farsa que encobre as verdadeiras mazelas do sistema elétrico nacional:

- 1) falta de uma gestão competente que leve em consideração as necessidades da sociedade brasileira,
- 2) a exploração dos trabalhadores em favor do acúmulo de lucros irreais para poucos grupos.

Neste momento o modelo imposto pelo Governo Federal põe em risco a sustentabilidade e continuidade de empresas públicas de grande importância para o Brasil. Uma postura que pode levar trabalhadores a perderem seus postos de trabalho, gerando instabilidade energética para todas as regiões brasileiras e comprometendo, assim, o desenvolvimento econômico e social brasileiro com a real possibilidade de falta de energia.

Para a Plataforma Operária e Camponesa para Energia, o enfraquecimento do Setor Elétrico nacional e das empresas públicas que sustentam o desenvolvimento brasileiro há tanto tempo pode significar o colapso de um sistema que evoluiu muito desde o fim das privatizações.



FOTOS: Mário Jorge Maia

Plataforma Operária e Camponesa debate com deputados emendas à MP 579



### INCERTEZA

Nessa quarta-feira, 31/10, a Plataforma Operária e Camponesa para a Energia acompanhou na Câmara dos Deputados a Comissão Mista da MP 579. Os companheiros acompanharam e debateram com os Deputados as emendas propostas, algumas delas muito prejudiciais à MP 579. O técnico do Dieese, Gustavo Teixeira, apresentou aos Deputados os aspectos negativos e positivos da MP 579, sob o ponto de vista da Plataforma. Vários Deputados presentes elogiaram o trabalho. Os Deputados Pedro Uczai (PT-SC), Jorge Boeira (PSD-SC), Padre João (PT-MG), Deputado Marcon (PT-RS) e Dr. Rosinha (PT-PR), sugeriram que o grande número de emendas deve ser debatido em audiências públicas, compromisso assumido pelo Líder do PT, Deputado Gilmar Tato. Além disso, Tato se comprometeu a conversar com os líderes dos partidos e com o relator Senador Renan Calheiros (PMDB-AL). A Plataforma está mobilizando os trabalhadores e a sociedade, convocando as centrais sindicais, eletricitários e preparando atos em todo o Brasil no dia 13 de novembro, pois precisamos de uma resposta: **O que o governo está pensando sobre as empresas estatais? Será que pra melhorar o crescimento do país e a economia nacional, os trabalhadores eletricitários e a sociedade brasileira tem que ser sacrificados? Com certeza não. Essa é a resposta que precisamos ouvir.**

### FNU apresenta à Ministro posição sobre questões estratégicas do setor

Dirigentes da FNU estiveram reunidos no dia 30/10 com o Ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmerman, em Brasília, apresentando a posição das entidades representativas dos trabalhadores sobre as mudanças do setor elétrico nacional.

A FNU manifestou a necessidade da Renovação das Concessões ser conduzida de forma equilibrada, resguardando a capacidade de investimentos das empresas públicas, além de

beneficiar a sociedade brasileira, os consumidores e garantir os direitos dos trabalhadores e seus postos de trabalho. Também foi apresentada ao Ministro a necessidade de alteração do artigo 25 da lei 8795-95, que permite a terceirização de atividades-fim no setor elétrico. Esta é uma bandeira de luta das entidades sindicais, uma vez que a terceirização precariza as condições de trabalho, piora a qualidade dos serviços prestados, explora o trabalhador e

tem números absurdos de acidentes de trabalho. A FNU também manifestou preocupação com o futuro da Chesf, cobrando para que esta não se transforme apenas em uma prestadora de serviços, mas que mantenha seu papel fundamental no fomento ao desenvolvimento regional. Além disso foram debatidos os direitos dos Atingidos por Barragens, para que projetos importantes como o reassentamento de famílias não sofra descontinuidade.



## Primeira rodada deve discutir aumento real

Depois de muito esperar, finalmente ocorrerá nesta quinta-feira (01/11) a primeira rodada de negociação com a Tractebel Energia. Os dirigentes dos sindicatos que compõem a Intersul esperam que a empresa reconheça o esforço dos seus trabalhadores/as ao analisar cada uma das reivindicações.

Assim como os acionistas defendem que os resultados se transformem em dividendos, os trabalhadores/as defendem que pelo menos parte desse resultado se traduza em melhores condições de salários, benefícios e condições de trabalho.

Os resultados das negociações salariais no primeiro semestre de 2012 mostra que 96,5% das categorias tiveram aumento real de salário. Esse percentual é o

maior dos últimos cinco anos, de acordo com levantamento do DIEESE, realizado com um painel fixo de 370 negociações.

O percentual médio do aumento real foi de 2,23%. A mediana foi de 1,93% indicando que metade das negociações teve aumento real acima desse percentual. O crescimento da empresa nos últimos anos com ampliação significativa dos negócios, os bons resultados financeiros no exercício 2012, aliado a perspectiva de incorporação de novas instalações, são motivos suficientes para que a empresa não se negue a, no mínimo, acompanhar os resultados das demais negociações coletivas. Aguardamos que isso se confirme nessa primeira rodada de negociação.

## CELESC

# Impactos da desvalorização das Ações da Celesc na Fundação Celos

A desvalorização de ações da Celesc foi noticiada na última semana em diversos veículos de imprensa. O fato é que entre os dias 11 e 25 de outubro, negociações de ações ordinárias (que dão direito à voto) na Bovespa resultaram na baixa do preço da ação de R\$ 92,76 para R\$ 32,52. A Celos, como já havia feito no ano passado, onde especulações na bolsa de valores aumentaram o valor das ações da Celesc, comunicou aos trabalhadores dos impactos destas negociatas na rentabilidade e no fundo patrimonial da Fundação.

Em declaração dada do site da Celos o Diretor Administrativo-Financeiro, Arno Veiga Cugnier comentou o fato: "Como as ações estavam cotadas anteriormente a R\$ 92,76, a variação de -64,94% reduziu o patrimônio de R\$ 101.125.782,00, para R\$ 35.361.402,48". A desvalorização das ações da Celesc representou uma redução do patrimônio da Celos em R\$ 65.764.379,52, afetando a rentabilidade e refletindo no Índice de Correção de Patrimônio (ICP), que fechará negativo em setembro.

Apesar de números tão altos, a situação não é grave. Como explicado em nota de Fato Relevante, em 2011, durante a valorização das ações da empresa por conta da especulação na bolsa de valores (fato que foi denunciado à Comissão de Valores Mobiliários), este impacto sobre a rentabilidade e patrimônio da fundação é o equilíbrio do ganho fora do real concebido em 2011. Na prática os trabalhadores simplesmente "perdem o que não se ganhou". Como a valorização foi irreal, com seus impactos positivos sobre a Celos, a desvalorização apenas equalizou a situação, trazendo a rentabilidade e o patrimônio para a normalidade, daqui em diante.

## 2ª reunião sobre o Plano de Ação de Saúde e Segurança

Aconteceu nesta quinta-feira, 1º de novembro, a segunda reunião do Grupo de Trabalho para a implementação do Plano de Ação de Saúde e Segurança do Trabalhador, fruto do debate originado na Ação Civil Pública de Saúde e Segurança movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) contra a Celesc em 2009. Na próxima edição do LV detalharemos as ações propostas até o momento.

## CRH avalia recursos da Avaliação de Desempenho

Os sindicatos que compõem a Intercel estiveram reunidos com a Celesc para a avaliação dos recursos da Avaliação de Desempenho do Plano de Cargos e Salários (PCS). Ao todo 31 recursos foram avaliados e debatidos, buscando o resultado justo de acordo com as argumentações e provas apresentadas. Todos os recursos foram debatidos e os trabalhadores serão procurados por sindicatos e empresa para esclarecimentos.

**Intercel**  
Intersindical dos eletricitários de Santa Catarina

**LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC**  
**Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Felipe Braga**  
**Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | Fone (047) 3028-2161**  
**E-mail: sindsc@terra.com.br | Site: www.sindinorte.org**

**As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.**

## CELESC

# Concurso Público e Eleição para Diretoria Comercial são vitais para futuro da Celesc

Na última segunda-feira, dia 29/10, o presidente da Celesc, Antonio Gavazzoni retornou aos trabalhos na empresa. Afastado desde o começo do mês por conta da campanha eleitoral no estado, onde o partido do governo disputava o segundo turno em 3 grandes cidades de Santa Catarina, as matérias da Celesc ficaram em segundo plano.

Passada a ressaca eleitoral, os sindicatos que compõem a Intercel esperam que o presidente encaminhe assuntos vitais para a manutenção do bom atendimento da Celesc à sociedade. A verdade é que o ponto que deve ser tratado com maior celeridade é o lançamento do edital para o Concurso Público que fará a recomposição do quadro de pessoal da empresa, uma vez que vários companheiros deixarão a Celesc através do Plano de Demissão Voluntário (PDV) já em novembro. É imperativo que o presidente e a diretoria colegiada encaminhem o edital ao Conselho de Administração, respeitando as negociações feitas no Acordo Coletivo de Trabalho 2012/13, demonstrando assim respeito para com os trabalhadores e compromisso com o futuro da empresa. Os sindicatos que compõem a Intercel estarão encaminhando correspondência ao presidente cobrando o início do processo e manifestando a posição de fiscalizar e defender os direitos dos trabalhadores.

Também no aguardo pela iniciativa da Diretoria da empresa a Eleição para Diretoria Comercial está entre os pontos de maior interesse dos trabalhadores. O mandato do atual Diretor já chegou ao fim e o processo eleitoral, direito dos trabalhadores garantido pela Lei 13570/05, permanece debaixo do tapete. Os trabalhadores da empresa estão mobilizados para manter o direito de escolher um trabalhador do quadro próprio da empresa para ocupar e comandar uma das mais importantes diretorias da empresa.

Os sindicatos que compõem a Intercel, que já declararam a participação ativa com a indicação de um candidato, vêm cobrando da diretoria a eleição desde o início deste ano, para que o processo não seja atropelado pelo curto tempo e para que os trabalhadores tenham a oportunidade de comparar os candidatos e escolher aquele que verdadeiramente representa os anseios da categoria e que tem base de apoio para tocar os serviços da diretoria.

## CELESC

# Trabalhador morre na Usina Pery

O segundo trabalhador morto em 2012 prestando serviço para a Celesc chama-se Marcos Vinícius Brito de França, de 40 anos, natural do Rio de Janeiro, da construtora Quebec. Marcos faleceu quando realizava obras na Usina do Pery II, no interior de Curitiba, às 20h no dia 22.10.2012. Conforme registros dos bombeiros, "um trabalhador teve queda de nível de uma galeria de turbinas, que está em construção. A vítima caiu em uma fenda de aproximadamente 25 metros de profundidade. Os socorristas desceram pela fenda e localizaram Marcos Vinícius Brito de França, 40 anos, sem vida. Ele apresentava múltiplas fraturas e estava emerso em uma lâmina de água com aproximadamente 30 centímetros." A precarização das condições de trabalho principalmente dos terceirizados é uma característica da privatização do setor elétrico. Os acidentes com terceirizados ocorrem pela falta de cumprimento da legislação, da norma regulamentadora, dos procedimentos normativos da Celesc; pela falta de capacitação do trabalhador, pouco conhecimento das leis e normas, trabalho isolado, excesso de jornada de trabalho, falta do equipamento de segurança e de fiscalização e acompanhamento de técnico de segurança. A análise criteriosa é ponto fundamental para compreensão dos fatos, mas na Celesc esta análise é muito básica. Além disso, informações mais específicas não são veiculadas na empresa. Também a comunicação da Celesc não informa sobre as mortes dos trabalhadores e as mazelas que sofrem com os acidentes, ignorando totalmente a perda de mais uma vida e o sofrimento dos familiares. O operário trabalha para viver e acaba encontrando a morte pela falta de uma gestão séria de saúde e segurança do trabalhador. Enquanto isso, a Ação Civil Pública de Saúde e Segurança teve marcada reunião de conciliação para o dia 06/11. Esperamos que a Celesc enfim firme acordo com o Ministério Público, demonstrando respeito com os trabalhadores.



## GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE BASEADA NO COMPORTAMENTO

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, todos os anos, cerca de 330 milhões de trabalhadores são vítimas de acidentes de trabalho em todo o mundo, além de 160 milhões de novos casos de doenças ocupacionais. Sobre as mortes, a OIT aponta mais de dois milhões relacionadas ao trabalho: 1.574.000 por doenças, 355.000 por acidentes e 158.000 por acidentes de trajeto.

Estudos demonstram que 96% das causas dos acidentes são devidas à fatores comportamentais e apenas 04 % devem-se a fatores diversos aos quais não possuímos controle. Isso demonstra que as empresas que possuem uma mentalidade tecnicista, baseada em treinamentos técnicos, cujo objetivo é ensinar a tarefa, sem se preocupar com a postura do empregado frente a essa tarefa continuarão com uma estatística de acidentes de trabalho em constante crescimento.

A falta de um olhar biopsicossocial sobre os trabalhadores, enxergando-os como pessoas dotadas de características próprias de personalidade relacionadas à subjetividade humana, e que estes, podem ser utilizados pelas organizações como recursos dotados de habilidades, capacidades, destrezas e conhecimentos necessários para a realização de tarefas, nos comprova que os esforços empregados na adoção de tecnologias, treinamentos e melhorias no ambiente laboral não são suficientes para a prevenção de acidentes como constatamos nas estatísticas.

No intuito de mudarmos essa triste realidade devemos entender que o comportamento seguro diante dos perigos inerentes ao trabalho tem que ser aprendido, desenvolvido, e para isso, é necessário que as empresas possuam um sistema de gestão bem estruturado voltado para o comportamento, buscando a formação de uma cultura de segurança aceita por todos dentro da organização, pois só assim, é possível assegurar que todas as ferramentas aplicadas na prevenção de acidentes possam realmente proporcionar os resultados desejados, eliminando desta forma, os acidentes de trabalho que mutilam, incapacitam e matam milhões de trabalhadores todos os anos. Podemos concluir dizendo, de uma forma simplificada, que um Sistema de Gestão de Segurança e Saúde baseado no Comportamento Humano é um processo avançado de conscientização de segurança que estimula a mudança da cultura comportamental dos trabalhadores, ensinando como evitar atitudes inseguras que podem provocar lesões e erros antes mesmo que eles aconteçam, não só no ambiente laboral, mas também fora dele.

**Gerson A. B. de Oliveira - Técnico de Segurança da Agência Regional de Lages, Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho.**

# Conselheiros eleitos produzem manifesto

Os representantes dos trabalhadores eleitos para o Conselho de Administração das empresas do grupo Eletrobras estiveram reunidos no dia 16 de outubro, em Brasília, para debater os impactos da MP 579. O encontro gerou um manifesto onde os conselheiros opinam que "a renovação das concessões de forma onerosa para as empresas, não pode comprometer a sobrevivência das estatais e tão pouco trazer prejuízos aos trabalhadores ou a sociedade". Além disso propõem ações a serem adotadas pelas diretorias das empresas do Grupo Eletrobras, às quais destacamos:

**a) Garantir junto ao poder concedente que o valor das indenizações relativas à parcela não amortizada dos ativos renovados seja suficiente para cobrir os investimentos efetivamente realizados e também para realimentar a capacidade das empresas de fazer novos investimentos necessários ao desenvolvimento do setor elétrico**

**b) Apresentar ao regulador, de forma objetiva e**

**embasada tecnicamente, as reais necessidades das empresas quanto à tarifa de partida a ser instituída, para que as empresas não venham a se tornar inviáveis ou incapazes de manter a prestação do serviço com qualidade e cumprindo suas obrigações com a sociedade e com os trabalhadores.**

**c) Possibilitar que as medidas de otimização de despesas que venham a ser tomadas pelas empresas não sejam concentradas na redução dos gastos com pessoal, pois há outros elementos de custo com importantes impactos econômicos cuja efetivação não compromete a capacidade do corpo funcional em manter-se apto a continuar cumprindo suas funções essenciais para o êxito socioeconômico das organizações.**

O manifesto conclui com a solicitação de que o "Governo Federal estabeleça as condições para o efetivo debate entre todos os agentes envolvidos, incluindo a sociedade e os trabalhadores do setor elétrico".

# DIA NACIONAL DO LIVRO

“Um livro aberto é um cérebro que fala;  
Fechado, um amigo que espera;  
Esquecido, uma alma que perdoa;  
Destruído, um coração que chora”.

Voltaire



“Termino o livro e fecho o computador sabendo que por mais que os escritores escrevam, os músicos componham e cantem, os pintores e escultores joguem com formas, cores e luzes -, por mais que o contexto paralelo da arte expresse o profundo contraditório sentimento humano, embora dance à nossa frente e nos convoque até o último fio de lucidez, o essencial não tem nome nem forma: é descoberta e assombro, glória ou danação de cada um”

Lya Luft

“O livro é um mestre que fala mas que não responde”

Platão

O dia 29 de outubro foi escolhido como Dia Nacional do Livro em homenagem à fundação da Biblioteca Nacional, que ocorreu em 1810. O primeiro livro publicado no Brasil foi “Marília de Dirceu”, de Tomás Antônio Gonzaga, mas nessa época a imprensa sofria a censura do imperador. Só na década de 30 houve um crescimento editorial, após a fundação da Companhia Editora Nacional pelo escritor Monteiro Lobato, em outubro de 1925.

